

# Bibliografia comentada sobre movimentos colaborativos, tecnologias digitais e educação

231

Esta seção foi produzida de forma colaborativa, utilizando-se o gestor de colaboração *Etherpad* da Mozilla (<https://etherpad.mozilla.org/emaberto-colaboracao>). Os participantes deste número, e também os integrantes dos nossos grupos de pesquisas, foram convidados a contribuir, o que resultou numa lista muito maior do que o espaço disponível. Assim, apenas uma parte das referências consta nas versões *online* e impressa deste número da revista *Em Aberto*, e a listagem mais completa pode ser consultada no nosso *Em Aberto Hackeado*, onde a conversa continua (<http://www.emabertohackeado.ufba.br/>).

Agradecemos as colaborações de:

Adriana Rocha Bruno (PPGE-PPGP – Universidade Federal de Juiz de Fora),  
Andrea Lapa (Departamento de Educação – Universidade Federal da Santa Catarina),  
Daniel S. Pinheiro (Professor da Rede Municipal de Mata de São João),  
Florença Ripani (Ministério da Educação de Buenos Aires, Argentina),  
Gabriel Francisco Cevallos Martínez (doutorando em Educação na Universidade Federal da Bahia),  
João Batista Carvalho Nunes (Universidade do Estado do Ceará),  
Karina Menzes (Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia)  
Lucia Helena Schuchter (PPGE – Universidade Federal de Juiz de Fora),  
Lynn Alves (Universidade do Estado da Bahia),  
Marcos Wachowicz (Universidade Federal do Paraná),  
Monica Fantin (Departamento de Educação – Universidade Federal da Santa Catarina).

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia; ABDO, Alexandre Hannud. *Ciência aberta, questões abertas*. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>>.

Coletânea de contribuições de pesquisadores e ativistas de diferentes áreas e países, decorrentes das intervenções dos autores no Seminário Internacional “Ciência Aberta, Questões Abertas”, realizado no Rio de Janeiro, em 2014. Com 12 textos, alguns mais conceituais e outros mais mão na massa, bem no estilo dos *Fazedores* (Movimento *Makers*), a sua navegação é rica tanto pelos constructos teóricos apresentados como pelas incontáveis experiências que estão em andamento em todo o mundo na perspectiva de fortalecer a ideia de uma ciência cidadã.

BUCKINGHAM, David; BADAJI, Shakuntala. *The civic web: young people, the Internet and civic participation*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013. 240 p. (The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning).

O livro é, de fato, o marco teórico de uma ampla pesquisa financiada pela União Europeia que buscou compreender, em diversos países, de distintos contextos políticos e culturais, o papel da internet no engajamento dos jovens na esfera cívica. Apesar de a pesquisa ter se desenrolado em momento anterior à difusão das redes sociais, e, portanto, com foco no uso que jovens fizeram da chamada *web 1.0*, permanecem relevantes para o entendimento do ativismo contemporâneo alguns fatores identificados e aprofundados pelos autores, como a confluência *online* e *off-line*, a convergência das mídias e a grande presença de jovens em manifestações ativistas que poderiam ser denominadas como ações pré-políticas. A valorização desses momentos de vitalidade política aponta que precisamos achar novos meios de comunicação que transcendam aos limites da política tradicional.

FANTIN, Mônica; RIVOLTELLA, Pier Cesare (Org.). *Cultura digital e escola: pesquisa e formação de professores*. Campinas: Papyrus, 2012. 368 p.

Coletânea de trabalhos de professores e pesquisadores do Brasil e da Itália que atuam na interface da cultura, comunicação e educação, tendo como foco a relação de crianças, jovens e professores e os usos das tecnologias na escola e fora dela. A primeira parte atualiza conceitos e discussões sobre mídia-educação e suas bases teóricas e metodológicas. A segunda destaca os usos das mídias e tecnologias na escola, com base em pesquisas desenvolvidas com professores em diferentes contextos. E, a terceira analisa temas como jovens em rede, *software* livre e formação, cidadania, comunicação e práticas colaborativas e investigativas e os desafios para a necessária transformação da escola no atual cenário da cultura contemporânea.

FERRARI, Pollyana; FERNANDES, Fábio. *No tempo das telas: reconfigurando a comunicação*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014. 127 p.

O cotidiano de oito singulares protagonistas (personagens) exemplifica a diversidade de relações estabelecidas por mensagens e postagens instantâneas:

vidas mediadas por telas, pela “internet das coisas” e por aplicativos. Evidencia-se a necessidade da multiplicidade e da heterogeneidade de relações espaço-temporais nas áreas profissionais e sociais do nosso tempo, caracterizado pela granularidade de padrões das linguagens e das interações, e pela não linearidade da hipermídia. A narrativa, assumida por meio de uma autoria particular, é multirreferencial e se faz no diálogo literal entre os autores, que não buscam a univocidade, mas a singularidade de suas vozes que ecoam os múltiplos lugares que atravessaram e que constituíram suas experiências, onde também se entrelaçam outras vozes – as dos protagonistas-personagens. Os autores alertam que o momento de transição não é momento só de ruptura, mas de ressignificação e de reconfiguração: novas lentes para ler o mundo, novas interfaces de relações – diversas, múltiplas, fluidas – *online* e presenciais, todavia, sem perder a conexão com o real. #outrostempos, #outrosmodosdepensareaprender, #(inter)agir, #viver.

ROCA, Santiago José. *El libre acceso al conocimiento y la politización necesaria*. 2014. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=187959>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

As dificuldades enfrentadas pelo conhecimento livre são analisadas na perspectiva de se compreender a produção do conhecimento associada à sua neutralidade. Todo o conhecimento deveria ser livre por natureza ontológica e, por isso, “o adjetivo de ‘livre’ surge como resposta a movimentos de agentes capitalistas em torno do cerco sobre o conhecimento, e, portanto, se opõe a adjetivos como ‘privativo’ ou ‘mercantilizado’”. Então, o ativismo é proposto para que se possa adotar uma politização da discussão sobre o conhecimento livre visando superar a dicotomia política e técnica, em última instância, a mesma que separa doxa e episteme, cultura e ciência, política e saber. A luta política pelo livre acesso é fundamental para evitar que ele seja aceito como mais uma oferta capitalista e como uma opção do poder capitalista. Esse movimento não deve ser considerado como apenas mais uma opção do mesmo e, sim, como uma necessária luta política pela superação desse sistema.

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson De Luca. *Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. Salvador, BA: Edufba, 2012. 246 p. Disponível em: <<http://www.livrorea.net.br/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf>>.

Mediante edital do Comitê Gestor da Internet (CGI.br), profissionais de diversas áreas, com diferentes concepções, foram convocados para discutir os recursos educacionais abertos (REA) na perspectiva da produção de materiais culturais, científicos e educacionais, destacando, de um lado, a importância dessa produção para a educação e, de outro, qualificando a internet brasileira. Esses materiais, licenciados de forma aberta, contribuiriam para a constituição de uma internet planetária livre e aberta, acessível a todos e todas, sem distinções nem restrições. Onze textos e cinco entrevistas navegam por abordagens bastante singulares, possibilitando ao leitor construir uma percepção do que sejam os REA e as possibilidades trazidas pela ampliação do acesso à internet em todo o mundo, por meio de diversos dispositivos.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Ciberativismo, cultura *hacker* e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, n. 86, p. 28-39, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811/15629>>.

As relações entre o ciberativismo e a cultura *hacker* são discutidas para mostrar a influência da contracultura norte-americana na construção do hacktivismo e a conexão existente entre as mobilizações colaborativas para o desenvolvimento de *softwares* livres e o pensamento *hacker*, que prega distribuir o poder e emancipar as pessoas pelo acesso às informações. As abordagens teóricas apresentadas esclarecem a crescente relevância dos protocolos, códigos e *softwares* como principais intermediários da comunicação social. Conclui com a caracterização de um individualismo colaborativo que emergiu da sociabilidade *hacker* e que se baseia no compartilhamento de ideias e na emancipação individual pelo conhecimento.

TARIN, Bruno; BELISÁRIO, Adriano (Org.). *Copyfight: pirataria e cultura livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. 273 p.

Na capa, a nuvem de *tags* dispostas em forma de caveira sugere um aviso para o universo apresentado no livro *Copyfight*, obra construída a partir de olhares sobre lugares “marginais” ou “esquecidos” que vêm questionar concepções hegemônicas da propriedade intelectual nas artes, culturas e tecnologias. Como uma sabotagem ao conhecimento produzido e regrado por direitos autorais, a pirataria é apontada como prática social de democratização de bens culturais imateriais, transitando pelas narrativas e reflexões de acadêmicos, artistas, camelôs, funkeiros e filósofos. Nos espaços de disputas da propriedade intelectual, as formas de licenciamento são atualizadas e problematizadas – *copyright*, *copyleft*, *creative commons* e *copyfarleft* –, bem com suas implicações para a produção de conhecimento, sem desconsiderar a perspectiva econômica que as influencia.

WACHOWICZ, Marcos; PRONER, Carol (Org.). *Inclusão tecnológica e direito à cultura: movimentos rumo à sociedade democrática do conhecimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ppgsp-ufsc/20120629020848/inclusao.pdf>>.

Uma reflexão sobre a inclusão tecnológica e o direito à cultura é apresentada com vista à construção de um pensamento jurídico adequado às necessidades da sociedade contemporânea. O conjunto de textos foi estruturado em dois eixos principais: 1) Sociedade informacional e inclusão tecnológica; e, 2) Sociedade democrática do conhecimento e direito à cultura. No primeiro, denota-se a construção de um novo pensamento jurídico tendo como pressuposto que falar em inclusão tecnológica é também discutir a inclusão cultural, pois na atual sociedade informacional tais questões se constituem uma amálgama indissociável. O segundo eixo temático aborda as questões mais amplas de democratização do acesso ao conhecimento e à cultura. Assim, a partir do pressuposto de que qualquer marco regulatório atualmente existente no Brasil somente poderá subsistir ao impacto das novas Tecnologias da Informação e Comunicação se compreender a dinâmica dos novos modelos de negócios da economia digital e se dimensionar o potencial de inovação dos setores criativos, para que novos modelos de desenvolvimento possam ser adotados nas políticas públicas de fomento no País.